

cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

29 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 1737/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 19 de Janeiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Prakash Deuchande, natural de Memba, República de Moçambique, de nacionalidade indiana, nascido a 23 de Março de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

29 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 1738/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 19 de Janeiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vicente da Cruz Rocha, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 9 de Janeiro de 1973, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

29 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 1739/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 19 de Janeiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria de Lurdes Ramos Moreira natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 10 de Novembro de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

29 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 1740/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 19 de Janeiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alcides Xavier Semedo, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 22 de Outubro de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

29 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Aviso n.º 1741/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 19 de Janeiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Catarino de Jesus Caetano, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido a 27 de Janeiro de 1975, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

29 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 3830/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de 31 de Janeiro de 2005:

Amílcar de Almeida Brazão Carvalho, escriturário superior da Conservatória do Registo Predial de Odivelas — nomeado para idêntico

lugar da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Álvaro Patrício Linhares Nunes, escriturário da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Arruda dos Vinhos — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Angra do Heroísmo (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Ana Cristina Pedrosa Seco Lérias da Silva Antunes, escriturária superior da 2.ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Pombal (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Ana Luísa dos Santos Cabrita Pereira, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Alcácer do Sal — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Santiago do Cacém (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Anabela de Jesus Pires Diz de Almeida, escriturária superior da 6.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da 5.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

António José de Oliveira Carvalho, escriturário da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães — nomeado para idêntico lugar da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

António Manuel Soares Cabral Henriques, escriturário superior da Conservatória do Registo de Automóveis de Lisboa — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Carla Sofia Castanheira Fialho, escriturária da 5.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Carla Maria Pires Martins Zagalo Fernandes, escriturária do 18.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da 10.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Carla Maria da Rocha Vilela, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Aljô — nomeada para idêntico lugar da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Carla Mónica da Silva Ribeiro, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Faro — nomeada para idêntico lugar do Arquivo Central do Porto (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Celeste Maria Sousa Bacalhau, escriturária superior da Conservatória do Registo Predial de Silves — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Albufeira (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Cristina Maria Guerreiro Lança Peres Cavaco, escriturária do 1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da 4.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Dirce Lena Almeida Brazão Carvalho Mariano, escriturária superior da Conservatória do Registo Predial de Queluz — nomeada para idêntico lugar da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Dulce Maria Barbosa Neves de Matos, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia — nomeada para idêntico lugar da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Eugénia Cristina Faria do Coito Fernandes, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Óbidos — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil das Caldas da Rainha (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Glória Maria Fernandes Ferreira, escriturária da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial da Azambuja (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

- Graça Maria da Costa Almeida Lopes, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Paços de Ferreira — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Gondomar (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Graça Maria de Moura Campos Araújo, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Benavente — nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Salvaterra de Magos (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Helena Manuela Nunes Henriques, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Penela — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial da Mealhada (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Ilídia Maria Martins Correia Lages, escriturária superior da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Setúbal — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial do Seixal (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Isabel Maria Batista Cardoso, escriturária da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil do Barreiro (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Isabel Maria Calixto Jorge, escriturária do 23.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da 8.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- José Alberto Ferreira Dias, escriturário da 8.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Santa Maria da Feira (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- José Carlos Almeida de Carvalho, escriturário da Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Sernancelhe — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Tondela (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- José Fernando Paiva de Carvalho, escriturário da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Carregal do Sal — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Viseu (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Judite Lopes Martins, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Ermesinde — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Famalicão (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Helena Margarida de Carvalho Morais dos Santos, escriturária da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Alenquer (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Lucília Maria Tormenta Conde, escriturária superior da 7.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo de Automóveis de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Luís Manuel Fatela Baptista, escriturário da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Rio Maior — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Faro (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Marco Paulo de Melo e Sousa, escriturário do 8.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeado para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Coruche (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Maria do Carmo de Paiva Teixeira Carvalho, escriturária da 11.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Vila Franca de Xira (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Maria do Céu Tavares de Matos, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Ílhavo — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Santa Maria da Feira (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Maria Cristina Trancoso Gonçalves, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de São Vicente (Madeira) — nomeada para idêntico lugar da 2.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Maria Irene Antunes Mendes, escriturária superior da Conservatória do Registo de Automóveis de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Maria José dos Santos Alves da Silva, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial da Murtosa — nomeada para idêntico lugar do Arquivo Central do Porto (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Maria Luísa Ferrão de Carvalho Milheiro Alves Cardoso, escriturária do Cartório Notarial de Rio Maior — nomeada para idêntico lugar da 4.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Maria de Lurdes Marques da Palma Ribeiros da Cruz, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Vila do Bispo — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Olhão (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Maria Manuela de Almeida Simões, escriturária da 7.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Moscavide (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Neuza Maria Soares de Carvalho Almeida Cardoso Alves, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Almada — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil do Barreiro (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Pedro Fernando Cordeiro Serra, escriturário da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa — nomeado para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial da Azambuja (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Pedro Nuno da Mata Narciso, escriturário da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa, requisitado nos serviços centrais desta Direcção-Geral — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial do Cartaxo (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Regina Maria Bispo, escriturária da Conservatória do Registo Predial de Ponte de Lima — nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial do Sabugal (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Rita Filipe Duarte da Silva, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Coruche — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Rosa Maria Morais Guerreiro Borralho, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Vila do Bispo — nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Portel (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Sónia Margarida Batista Nunes, escriturária do Cartório Notarial de Oeiras — nomeada para idêntico lugar da 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Teresa Maria Vieira de Carvalho, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Alcanena — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo de Automóveis de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Valdemar Elísio Ramos Pereira da Silva Mariano, escriturário superior da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais — nomeado para idêntico lugar da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Vítor José Duarte Aragão, escriturário do Cartório Notarial da Moita — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil do Barreiro (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Vítor José Machado Martins, escriturário da Conservatória do Registo Civil de Sesimbra — nomeado para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Castelo de Paiva (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 1742/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal de 3 de Fevereiro de 2005:

Eugénia Maria Lemos e Alvelos da Cunha Matos — nomeada, precedendo concurso, na categoria de técnica profissional especialista principal, relações públicas, da carreira de pessoal técnico profissional do quadro único de pessoal do INML. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Aviso n.º 1743/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal de 3 de Fevereiro de 2005:

Sandra Maria de Lucena Coutinho Borges — nomeada, precedendo concurso, na categoria de técnica profissional especialista principal, arquivo, da carreira de pessoal técnico profissional do quadro único de pessoal do INML. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Aviso n.º 1744/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal de 3 de Fevereiro de 2005:

Marta Maria dos Santos Trindade, Olinda Luciana Lopes Ferreira Cunha e Paula Susana Lopes Matos — nomeados na categoria de técnico principal de análises clínicas e saúde pública da carreira de pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro único de pessoal do INML, precedendo concurso após confirmação de cabimento orçamental nos termos do disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho n.º 3831/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no âmbito da administração e gestão.* — Ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no técnico superior principal engenheiro Carlos Manuel Neves Martins, como responsável pelos serviços do Gabinete de Apoio Técnico de Beja, as seguintes competências, que me foram delegadas pelo despacho n.º 21 748/2003 (2.ª série), de 10 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 261, de 11 de Novembro de 2003:

1 — Na área de gestão de recursos humanos:

- Visar a relação mensal de assiduidade, elaborada nos termos do preceituado no artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- Assinar os termos de aceitação e conferir posse aos funcionários afectos ao respectivo serviço;
- Autorizar a inscrição e participação de funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de

formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram no território nacional.

2 — Na área da gestão orçamental e realização de despesas:

- Autorizar deslocações em serviço, no território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento do correspondente abono ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, bem como autorizar, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, a condução de viaturas oficiais pelos funcionários e agentes que não tenham a categoria de motorista, com observância dos requisitos constantes do mesmo diploma;
- Autorizar despesas correntes com a aquisição de bens, correntes ou de capital e de serviços, até ao limite de € 2500, que se contenham no respectivo orçamento e verificados os pressupostos legais vigentes, em matéria de despesas públicas;
- Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços até ao montante de € 1250.

A presente subdelegação de competências é de aplicação imediata, considerando-se expressamente ratificados os actos que se mostrem conformes praticados pelo subdelegatário até à presente data.

28 de Janeiro de 2005. — O Vice-Presidente, *António Costa da Silva*.

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Contrato n.º 303/2005. — *Acordo de colaboração para a construção do pavilhão multifuncional e balneário anexo da Escola de Almedina, no município de Coimbra.* — Aos 11 dias do mês de Janeiro de 2005, entre a directora-geral das Autarquias Locais e o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, da parte da administração central, e o município de Coimbra, representado pelo presidente da Câmara Municipal, é celebrado um acordo de colaboração de cooperação técnica e financeira, integrado no regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do acordo

Constitui objecto do presente acordo de colaboração a construção do pavilhão multifuncional e balneário anexo da Escola de Almedina, no município de Coimbra, cujo investimento elegível ascende a € 82 096.

Cláusula 2.ª

Período de vigência do acordo

O presente acordo produz efeitos a partir da sua assinatura e cessa em 31 de Dezembro de 2005.

Cláusula 3.ª

Direitos e obrigações das partes contratantes

1 — Cabe aos serviços da administração central contratantes:

- Acompanhar a execução física e financeira dos trabalhos, verificar a colocação, no local de construção, de painel de divulgação do financiamento obtido, visar os autos de medição e verificar as facturas através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro);
- Processar, através da Direcção-Geral das Autarquias Locais, a comparticipação financeira da administração central, sobre os autos visados pela CCDR Centro, e na proporção do financiamento aprovado. Estes pagamentos têm por base os projectos que tenham obtido o parecer favorável da CCDR Centro;
- Prestar, na medida das suas possibilidades, através da CCDR Centro, apoio técnico à Câmara Municipal outorgante, designadamente no lançamento do concurso e fiscalização da obra.

2 — Cabe à Câmara Municipal contratante exercer os poderes que integram a sua qualidade de dono da obra, nomeadamente:

- Elaborar e aprovar os respectivos estudos e projectos de execução, bem como recolher os pareceres técnicos que forem exigidos por lei;
- Tomar as iniciativas conducentes à abertura de concurso para a adjudicação da obra;
- Organizar o *dossier* do projecto de investimento, devendo, em caso de execução da obra por administração directa, ser dado cumprimento ao despacho n.º 13 536/98 (2.ª série), do